

A PROPÓSITO DOS PARADIGMAS DA GEOGRAFIA

Prof. Dr. Eliseu Savério Sposito (*)

Os geógrafos têm se pautado, para realizar suas investigações, sejam elas de busca empírica da informação geográfica, sejam de reflexão epistemológica do conhecimento elaborado, em vários paradigmas para elaborar suas idéias. Considerando-se que um paradigma se define, em termos gerais, pelo conjunto de idéias, teorias e doutrina, construídos com a intermediação do método, que caracterizam uma tendência científica, pode-se afirmar que, historicamente, nos últimos 50 anos, houve dois grandes grupos de paradigmas que foram fundamentais na orientação metodológica da produção do conhecimento geográfico.

É esta temática que nos propomos a abordar, organizando algumas características para o debate que se apresenta. Não é propósito, neste texto, esgotar as possibilidades de confronto das idéias, mas apenas levantar informações para contribuir com a discussão na necessidade de se colocar frente aos principais elementos que norteiam a construção do pensamento geográfico.

Partimos, inicialmente, do pressuposto de que uma teoria (o mesmo pode ocorrer com um conceito, por exemplo) pode ter três encaminhamentos. O primeiro deles, aquele que é mais fácil de ser identificado, é a teoria se consolidar e perdurar norteando o pensamento científico por longo tempo. Outro encaminhamento é a sua superação por outras teorias e/ou paradigmas, mesmo antes que ela se consolide completamente. Finalmente, a terceira opção é a de que a teoria pode ser negligenciada ou esquecida, não se tornando referência para estudos científicos.

A relação das teorias com os paradigmas é fundamental para a compreensão desse raciocínio porque esses são dois elementos sem os quais a ciência não se desenvolve.

Depois dessa pequena advertência, vamos voltar aos dois grandes grupos paradigmáticos que já mencionamos acima. Um desses grupos, baseado nos fundamentos do neo-positivismo, teve a linguagem matemática, a neutralidade da ciência e as temáticas espaciais como suas principais características para a produção do conhecimento científico. Um outro, baseou-se no materialismo histórico como doutrina e na dialética como método e se pautou, ora mais, ora menos explicitamente, pelo engajamento ideológico do pesquisador.

Esses dois paradigmas mostraram uma mudança de fundamentos muito importante na história do pensamento geográfico porque apontaram para uma inversão, passando-se da busca do objeto da Geografia para a adoção do método como elemento de convergência da reflexão científica. Essa inversão, pouco enfatizada na epistemologia que se faz, pelo menos, no Brasil, revolucionou o papel da investigação geográfica tanto no que concerne às novas idéias que foram aparecendo na última metade do século XX, quanto no que concerne à aproximação da Geografia com outras ciências e, principalmente, com a Filosofia.

Vamos analisar, a partir deste ponto, mais detalhadamente, cada um desses dois paradigmas.

Os fundamentos do neo-positivismo, de acordo com o seu grau de complexidade, podem ser apreendidos de acordo com seu nível de abstração na apreensão da realidade.

No nível teórico, o tratamento dos temas depende da definição das variáveis, que podem ser manipuladas em situações experimentais, partindo-se da neutralidade axiológica do método científico e da imparcialidade do pesquisador, com conseqüente harmonia e equilíbrio para os resultados, diferenciando-se a ciência da crítica, ao se controlar a situação, o fenômeno ou a clientela estudada. Para se obter a informação empírica, recorre-se a técnicas de coleta descritivas ou de análise de conteúdo e se utilizam dados secundários obtidos por questionários e entrevistas, como técnicas de investigação.

No nível epistemológico, o conceito de causa é o eixo da explicação científica porque a relação causal se explicita no experimento, na sistematização e no controle dos dados através das análises estatísticas posteriores, cuja validação da prova científica é fundamentada nos testes dos instrumentos de coleta e tratamento dos dados, e ainda através dos modelos de sistematização das variáveis e na definição operacional dos termos (racionalidade técnico-instrumental).

(*) Departamento de Geografia, Faculdade de Ciências e Tecnologia
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Rua José Levy Guedes, 625 – CEP 19060-260 – telefone (0xx18) 222.3306
Presidente Prudente, SP – Brasil - e-mail: sposito@prudent.com.br

Nesse paradigma, a concepção de ciência é baseada na causalidade e na percepção empírica e se utiliza, como meio de exposição, a linguagem matemática. A essas características, soma-se a acriticidade do investigador ou dos resultados das pesquisas.

Quando chegamos no nível gnosiológico, as características são a objetividade como processo cognitivo centralizado no objeto (dedução), a existência do dado imediato despido de conotações subjetivas, analisado segundo as leis do raciocínio lógico-dedutivo e o auxílio da História como categoria de preocupação sincrônica e linear.

Ontologicamente, a concepção de realidade (homem, sujeito, objeto, ciência, construção lógica) parte de uma visão fixista, funcional e pré-definida da realidade, como recurso ou input e produto ou output. Finalmente, a concepção de Natureza emerge como algo separado do Homem e com estatuto próprio, dando, a ele, o status quo de entidade autônoma.

Para se contrapor a essa tendência paradigmática, aquela que se baseia no materialismo histórico tem características bastante diferentes.

A abordagem empírica, nessa tendência, para se elaborar a informação geográfica, é realizada pela utilização de técnicas não quantitativas, embora as qualitativas sejam também utilizadas, como as equações matemáticas que definem índices e dados absolutos. Por outro lado, a análise de discursos e a Incorporação dos dados contraditórios exprimem-se em diferentes técnicas de investigação como, por exemplo, a pesquisa-ação, a pesquisa participante, as entrevistas e, como atitude básica da pesquisa, a observação.

Em termos teóricos, essa tendência caracteriza-se pela tentativa de desvendar conflitos de interesses, pela fundamentação teórica através da eleição das categorias de análise e na sua articulação com a realidade estudada, pelo questionamento da visão estática da realidade, por se utilizar apontamentos para o caráter transformador dos fenômenos, relacionado à preocupação com a transformação da realidade estudada e da proposta teórica, procurando sempre o resgate da dimensão histórica dessa realidade, propondo-se as possibilidades de mudanças, baseada em uma postura marcadamente crítica.

Epistemologicamente, a concepção de causalidade é concebida como inter-relação entre os fenômenos, ou seja, inter-relação do todo com as partes e vice-versa, da tese com a antítese, dos elementos da estrutura econômica com os da superestrutura social, política, jurídica, intelectual etc. Ao mesmo tempo, a validação da verdade científica é fundamentada na lógica do movimento em espiral e da transformação da matéria, e no método que explicita a dinâmica das contradições internas dos fenômenos – relação sociedade-natureza, reflexo-ação, teoria-prática, público-privado (razão transformadora). Neste caso, a ciência é concebida como categoria histórica e como mediação homem-natureza por causa da aceitação da origem empírica objetiva do conhecimento. A ação e a crítica e auto-crítica são aspectos fundamentais da prática intelectual.

No nível gnosiológico, são características a concreticidade – processo cognitivo centrado na relação dialética e dinâmica entre sujeito e objeto, a construção da síntese sujeito-objeto que acontece no ato de conhecer, considerando-se o concreto como ponto de chegada de um processo que tem origem empírico-objetiva, passando pelo abstrato, de características subjetivas e formando-se, concretamente, em instâncias de outro momento do movimento, que é a síntese. A História é categoria com preocupação diacrônica e não sincrônica.

Ontologicamente, concebe-se a realidade (homem, sujeito, objeto, ciência, construção lógica) numa visão dinâmica e conflitiva, por causa das categorias materialistas de conflito e de movimento do ser social. A Natureza e a Sociedade são concebidas como partes de um mesmo movimento, sendo o Homem compreendido enquanto elemento da sociedade e não apenas enquanto indivíduo.

As características dos dois paradigmas, detalhadas acima, demonstram que o conhecimento produzido pelas duas tendências aponta para resultados e para o papel do geógrafo como completamente diferentes, uns em relação aos outros.

É preciso ter claro que esses dois paradigmas, cuja consubstanciação principal é definida pelo método, permeiam os outros que veremos mais adiante.

As diferentes concepções paradigmáticas adotadas pelos geógrafos têm provocado, ao longo do tempo, tanto na universidade, quanto na vida civil, diferenças de posturas e de ações na sua prática política, profissional e cotidiana. Essas diferenças são as demonstrações empírico-teóricas das influências que os paradigmas provocam no movimento da sociedade.

Outro aspecto importante foi a relação com os estudos empíricos. Se o neo-positivismo se respaldou nos modelos matemáticos para a reflexão teórica e abandonou a ciência empírica, o materialismo histórico continuou com forte base empírica, mesmo que tenha negligenciado a cartografia como possibilidade de representação dos fenômenos geográficos.

A Geografia neo-positivista, que se pautou pelo recurso aos modelos e à linguagem matemática como elementos universais da produção científica, elaborou, principalmente na década de 1970, um conhecimento padronizado e repetitivo, sem qualquer compromisso social. O diálogo com outros grupos da sociedade civil só se fez pelo caminho burocrático ou estatal, sem se praticar, na relação sujeito-objeto, o exercício (dedutivo ou indutivo) das relações empírico-teóricas.

Por outro lado, os geógrafos que adotaram a dialética como método, tiveram seu conhecimento produzido, excessivamente carregado pelo discurso, com forte e explícita tendência ideológica, cujas manifestações ocorreram, principalmente, no campo da política. Mesmo com preocupações empíricas muitos geógrafos resvalaram na vertente do discurso repetitivo, procurando nas obras de Marx o único fundamento possível para se explicar a realidade.

Na realidade da América Latina, esse paradigma, identificado ideologicamente com as esquerdas, encontrou, como panorama político de fundo, a exacerbação política das direitas, ora mais ora menos violentas, que serviram também como contraponto contraditório para as suas reações.

Com essa afirmação, enfatizamos a necessidade de, ao se focar os paradigmas que substantivaram a produção do conhecimento geográfico, não se esquecer dos vários aspectos concernentes à realidade objetiva das pessoas, exerçam elas, quaisquer que sejam, suas atividades.

Completa este quadro resumido, o papel múltiplo dos geógrafos, como pesquisadores, professores universitários, cidadãos, membros de partidos e até mesmo de governos. No Brasil, esse papel múltiplo dos geógrafos permeou toda a produção do conhecimento geográfico nas últimas décadas, ora afirmando as práticas de campo e o engajamento político na produção da informação geográfica, ora privilegiando o planejamento estatal ou a construção de modelos abstratos para se explicar a realidade. Enfim, ora privilegiando o espaço como ente abstrato, ora privilegiando as relações sociais ou a relação sociedade-natureza como objeto.

Sem qualquer preocupação cronológica precisa, pode-se afirmar que nas últimas décadas do século XX, surgiram algumas novas orientações na produção do conhecimento geográfico. Muitas vezes, as orientações temáticas foram se transformando em paradigmas.

Uma das orientações que podemos apontar foi a ênfase na discussão da escala por causa da adoção de temas transversais como a globalização e a modernidade. Tendo como base a complexidade social e a afirmação da cidade como ambiente básico nas relações de produção, esses temas foram discutidos principalmente com os sociólogos, mas tiveram várias contribuições de filósofos, antropólogos e historiadores.

Vamos confrontar algumas idéias para ilustrar o tema da modernidade. Para o filósofo Paul Feyerabend, “as grandes inovações teóricas são muito mais fruto do acaso do que da ordem” e “todos os métodos convencionais são falaciosos e o poder universal da razão um logro”. Além do mais, “existe um irracionalismo na base do saber que precisa ser considerado e a dicotomia tradicional, ciência/razão versus mito/magia/religião, não passa de uma ideologia autoritária que confere à ciência (...) a exclusividade do conhecimento”. Finalmente, ele diz que o “mito e a razão devem, pois, manter relações de reciprocidade no seio de uma epistemologia anarquista” (p. 23).

Por outro lado, a introdução da hermenêutica nas ciências sociais, nos anos noventa, tenderia a “substituir os idiomas do marxismo e do estruturalismo, globalizantes doutrinários e autoritários, que foram predominantes nos anos precedentes” (Vattimo, apud Gomes, 1996, p. 24).

Na nossa opinião, o niilismo de Feyerabend, que se volta contra o método, não auxilia na sua compreensão mas, pelo contrário, coloca mais confusão na discussão porque, ao não procurar distinguir as características que diferenciam os métodos, simplifica o papel da ciência. Por outro lado, Vattimo faz a apologia às tendências idealistas, que também ganharam certo fôlego, pela adoção do método fenomenológico-hermenêutico.

Podemos resumir as características desse método como segue. No nível teórico, as histórias de vida e o discurso próprio, com a incorporação da informação a partir da postura do investigador, é a base para se utilizar as técnicas qualitativas, que se realizam através da pesquisa participante, de entrevistas, de relatos de vivências, da observação e de práticas alternativas e inovadoras. Em termos epistemológicos, essa tendência, que pode ser também considerada um terceiro grande paradigma da ciência ocidental, pauta-se pela postura crítica de autores da fenomenologia, com interesse em desvendar as

características do objeto.

A fundamentação teórica é baseada na postura do pesquisador e na eleição, que ele realiza, das especificidades do objeto, com base no processo cognitivo idealista centrado na racionalidade do sujeito, que pode recorrer a raciocínios dialéticos ou à indução.

No nível gnosiológico, a construção da idéia se faz na síntese sujeito-objeto, que acontece no ato de reflexão, racional como ponto de partida e de chegada, de um processo que tem origem lógico-subjetiva de enfoque totalizante (holístico). A historicidade é ausente nessa tendência, pois há, por parte do pesquisador, uma preocupação que podemos denominar exacrônica.

Em termos ontológicos, concebe-se a realidade (homem, sujeito, objeto, ciência, construção lógica), a partir de uma visão dinâmica, racional e de interação de todos os elementos da realidade (categorias racionais de conflito e complementaridade), tendo-se como doutrina, por exemplo, o existencialismo. A Natureza comparece como concepção e idéia, apreendidas no processo de conhecer, e o Homem se define enquanto Natureza pensante.

Voltando à nossa exposição da modernidade, Echeverría (1997), afirma que a vida moderna teria os seguintes traços característicos:

- humanismo, baseado no triunfo da técnica racionalizada;
- racionalismo moderno, como resultado da prática puramente técnica ou instrumentalizadora do mundo;
- progressismo, que se baseia na historicidade como processo de in-novação, ou seja, da substituição do velho pelo novo e como processo de re-novação, isto é, de restauração do velho como novo;
- urbanicismo, que se caracteriza pela grande cidade – e por tudo que nela e dela decorre – como espaço exclusivo do humano;
- individualismo, através da constituição da “identidade individual” baseada na apropriação privada de mercadorias;
- economicismo, ou o predomínio determinante da dimensão civil da vida social, com suas características de mercantilização, sobre a dimensão política da mesma” (p. 149-56).

As três citações acima, sobre o método e sobre a modernidade, podem ser analisadas pelo ângulo da necessidade que, em alguns momentos, a própria consistência dos paradigmas exige dos intelectuais na busca de novas idéias, proposições e fundamentações para tentar ler e explicar a realidade.

Quanto à globalização, outra temática que ganhou força nos últimos anos do século XX, a sua abordagem só pode ser apreendida quando se identificam os inúmeros intelectuais que com ela se preocuparam. As análises tiveram, mesmo que consideremos que tenha havido algumas intersecções interdisciplinares, forte influência do economicismo (Petrella, 1996; Chesnais, 1995; Mamigonian, 2000), ênfase no papel da técnica (Santos, 1996), análise das transformações nas noções de espaço e tempo, que estão na base, também, da modernidade (Harvey, 1993), estruturação dos sistemas da economia-mundo como paradigma (Ianni, 1995, baseando-se em Braudel e Wallerstein), ou mesmo a logística como catalisador das transformações (Anderson, 1993; Sposito, 1999).

Assim, podemos afirmar, como pequena conclusão da exposição sobre os dois temas citados, que eles foram estudados por geógrafos na perspectiva da interdisciplinaridade, pois vários autores citados são sociólogos e economistas. O diálogo entre diferentes profissionais pode servir para o exercício da superação da divisão da ciência, apontando para a ciência da História. Essa herança marxista, ainda utópica, dadas as condições atuais da produção do conhecimento, não pode ser esquecida.

Outra idéia que emerge da análise desses dois temas é a sua relação com o espaço geográfico e suas múltiplas determinações. Quer o espaço seja definido como sistema de objetos e sistemas de ações, quer seja definido como reprodução das relações de produção ou considerando outras referências ontológicas, ele terá sua leitura condicionada pela modernidade ou pela globalização.

Ainda como orientação paradigmática, podemos citar a emergência de outras temáticas como o turismo, que foi rapidamente incorporado pelos geógrafos, dentro de um pragmatismo que ultrapassou as fronteiras científicas, chegando-se às propostas de intervenção por parte de diferentes atores sociais. Abordado, em grande parte, como solução econômica para áreas economicamente depressivas ou com paisagens atraentes, o turismo deverá ser enfocado, doravante, como uma atividade econômica que propicia a produção e a comercialização de uma mercadoria (não palpável), com diferentes preços e valores culturais, que é a paisagem.

Por outro lado, a questão ambiental (que desde a década de 1970 vai ganhando, cada vez mais, força como objeto de estudos universitários e de outros grupos da sociedade civil), foi encarada, muitas vezes

(principalmente como aspecto do ensino do conhecimento geográfico), como a solução para a superação da dicotomia entre Geografia Humana e Geografia Física. No entanto, mais importante, do ponto de vista socioeconômico, esse paradigma deverá merecer atenção dos cientistas por causa das novas concepções sobre os recursos (naturais e humanos) e suas características de esgotabilidade.

As duas últimas tendências descritas sempre se pautaram na transdisciplinaridade entre as ciências.

Como uma tendência que foi, aos poucos, conquistando adeptos em todo o Brasil, tivemos a consolidação da Geografia Cultural, também como uma afirmação da importância mais recente do método fenomenológico, embora não único, mas como um dos principais paradigmas.

Esse cenário torna-se, aos poucos, o cenário que está exigindo alguns estudos mais aprofundados sobre outros paradigmas que se tornam, aos poucos, cada vez mais nítidos na produção do conhecimento geográfico.

Um deles é a mudança, que se apresenta ainda com poucas evidências, do paradigma de áreas (que já foi considerado como objeto da Geografia, no início do século XX) para o paradigma das linhas e das redes como forma de ler e interpretar o território. Isso já se evidencia nos fatores de localização industrial que se caracterizam, ultimamente, pela separação entre os lugares de gestão e de produção.

Esta mudança paradigmática pode gerar dúvidas porque, anteriormente, na Geografia, já se falou, por exemplo, em região nodal, definida por um centro predominante, que articulava as relações com outros centros menores, baseando-se em ligações lineares definidas por fluxos de pessoas e mercadorias. Essa noção de região apontava para a sua configuração em áreas definidas pelas ligações lineares, mas também pela constituição de um conjunto de cidades que se dispunham linearmente no território.

A diferença com as possíveis mudanças do paradigma de áreas (a ele pode se juntar, também, o conceito básico-não básico, de Anderson, proposta elaborada na década de 1970), para o paradigma das linhas, terá que considerar o momento histórico e as novas formas de territorialização das forças produtivas, condicionadas principalmente pelas redes de comunicação e pelo rápido desenvolvimento da informática.

Essa mudança vai exigir, necessariamente, novos instrumentos básicos para a elaboração da informação geográfica como, por exemplo, o domínio técnico e a utilização, cada vez mais intensa, dos recursos de informática. O domínio da instrumentalização apontada, que exigirá algumas práticas dos intelectuais, deverá mudar o seu cotidiano, principalmente no que se refere ao seu local de produção (gabinete de trabalho, pesquisas empíricas), ao local de discussão ou disseminação (salas de aula, encontros científicos) e às formas de disseminação das idéias (dos livros em papel para a internet ou o livro virtual).

Outro campo de interesse que poderá exigir muitos estudos é a abordagem do circuito produtivo pelo encadeamento dos momentos de produção, circulação, troca e consumo, superando, definitivamente, os denominados setores primário, secundário e terciário, da classificação de Colin Clark, elaborada nos anos 1930. Essa tendência já se manifesta em estudos que abordam as cadeias produtivas de certos setores da economia e as relações entre empresas industriais e empresas que se encarregam da distribuição das mercadorias. Para a superação desse paradigma que, sutilmente, tornou-se dogmático na orientação das pesquisas empíricas de produção de dados sobre as atividades econômicas, basta rever, com maior aprofundamento, o circuito produtivo proposto por Karl Marx.

Outra tendência que vai exigindo, cada vez mais a atenção dos geógrafos, é o fenômeno da migração que ganha importância internacional. Depois da Segunda Guerra Mundial, quando já se tornara conhecida e praticamente ocupada toda a superfície da Terra, os movimentos migratórios, aparentemente, demonstraram que iriam diminuir de intensidade. No entanto, por causa da necessidade de qualificação crescente dos migrantes para o exercício de atividades que vão, aos poucos, selecionando as pessoas qualitativa e quantitativamente, foram se configurando não só novas dimensões de ganhos e rendimentos, mas também se estabelecendo elementos distintos na localização das residências e dos locais de trabalho como, por exemplo, o trabalho à distância, a constituição de áreas diferenciadas pelos grupos que os ocupam etc.

O fenômeno das migrações internacionais lembra, indiretamente, a configuração do território em blocos de poder, pela ótica da geopolítica, cujas bases estão nas teorias da integração regional, em suas diferentes versões (funcionalista, realista, liberal ou marxista). Para Vigeanni (1998), a teoria realista baseia-se em aspectos da segurança, tanto militar e estratégica, quanto aos equilíbrios nos fluxos dos ganhos. A perspectiva liberal focaliza “os interesses e valores particulares em jogo e a eventual articulação constituída no interior do Estado”. A teoria funcionalista, que se torna importante para explicar a União Européia, baseia-se na “integração a partir da constituição de órgãos e burocracias supranacionais ou intergovernamentais” (p. 74-76).

Embora o autor cite mas não defina a perspectiva marxista, podemos contribuir afirmando que ela se preocupa com a divisão internacional do trabalho e os fluxos de riqueza entre países, grupos de países, empresas e grupos de empresas, que têm como motivação básica a expropriação da mais valia dos assalariados em diferentes áreas do mundo.

Pela ótica da esquerda francesa, analisando a integração da Europa, Fischer (2000) afirma que a "integração espacial é a resultante de um sistema complexo que associa interdependência entre os agentes, as estratégias dos agentes, a coordenação de suas ações, com uma certa dose de regulação econômica e social pelas instâncias capazes de assegurar a associação orgânica e o funcionamento do espaço em diferentes níveis de escala, desde a internacional até a local" (p. 193).

O paradigma dos blocos de poder entra em contradição com o paradigma das linhas porque o território é diferentemente tratado em cada um deles. Se, no primeiro, o território é seletivo, mas tem características estratégico-militares, no caso do segundo, o território é seletivo como base da localização da infraestrutura (logística) e, por conseguinte, das atividades produtivas que, por sua vez, estão interligadas pela logística da informática.

A análise, acima elaborada, baseada em características dos diferentes paradigmas que estruturam a produção do conhecimento geográfico, poderia ser realizada com outras referências, como, por exemplo, teorias e conceitos. Isso demonstra que o caminho epistemológico é bastante variado porque se deve considerar as diferentes formas de interpretar a realidade.

Assim, vamos encerrar a presente discussão, que não se esgota neste momento, afirmando que procuramos apenas estocar algumas características dos paradigmas mais influentes na produção do conhecimento geográfico. Longe de ser uma proposta acabada, este texto tem, como já foi afirmado no início, o propósito de alimentar os debates para que possamos vislumbrar as possibilidades de superação da crise paradigmática, sobre a qual tanto já se escreveu e que, para que se busque sua superação, ainda temos muito a discutir.

Para completar este quadro de mudanças paradigmáticas, pode-se afirmar que, doravante, a Geografia poderá ver sua característica disciplinar tocada, na interface com a História e a Filosofia, pela necessidade de se superar, buscando a produção do conhecimento científico não apenas com temário próprio, mas com base na ciência em sua totalidade, como afirmara Marx: como a Ciência da História.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BOTTOMORE, Tom (Ed.). Dicionário do pensamento marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papirus, 1996.
- CAPEL, Horácio. Filosofía y ciencia en la geografía contemporánea. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CARLOS, Ana Fani Alessandri (org.). Novos caminhos da Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.
- CASTRO, Iná E. de, MIRANDA, Mariana, EGLER, Claudio A. G. Redescobrimo o Brasil 500 anos depois. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999, p. 347-59.
- CHEPTULIN, LEXANDRE. A dialética materialista: categorias e leis da dialética. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.
- CHESNAIS, François. La mondialisation du capital. Paris: Syros, 1994.
- ECHEVERRÍA, Bolívar. Las ilusiones de la modernidad. México: UNAM, 1995.
- FEYERABEND, Paul. Contra o método. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.
- FISCHER, André. Problemas da integração espacial na Europa. Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente: AGB, n. 22, 2000, p. 193-199.
- GAMBOA, Silvio A. S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto. In: FAZENDA, Ivani (Org.). Metodologia da pesquisa educacional. São Paulo: Cortez, 1989. p. 69-90.
- GIDDENS, Anthony. As consequências da modernidade. São Paulo: EDUNESP, 1991.
- GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
- IANNI, Octavio. Teorias da globalização. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1996.
- LEFEBVRE, Henri. Lógica formal / lógica dialética. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. La production de l'espace. Paris: Anthropos, 1986.
- LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: EDUSP, 1999.
- LÖWY, Michael. Ideologias e ciência social. São Paulo: Cortez, 1991.
- MENDOZA, Josefina G., JIMÉNEZ, Julio M., CANTERO, Nicolás O. El pensamiento geográfico: Estudio interpretativo y antología de textos (de Humboldt a las tendencias radicales). Madrid: Alianza, 1982.
- OLIVEIRA, Admarco S. de et al. Introdução ao pensamento filosófico. São Paulo: Loyola, 1990.
- SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. Introdução à pesquisa em ciências sociais. São Paulo: Atlas, 1995.
- VERGEZ, André, HUISMAN, Denis. História dos filósofos ilustrada pelos textos. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 1984.

VIGEVANNI, Tullo. Mercosul. Impactos para trabalhadores e sindicatos. São Paulo: LTR, 1998.